



Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2019
Prova A1

Parte I – Prova Objetiva

1. Os juízes, regra geral, gozam das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) não podem exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- b) podem receber a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.
- c) podem exercer, assim que se aposentarem, ou se exonerarem a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram.
- d) podem exercer atividade político-partidária.

2. São princípios da administração pública expressamente previstos no art. 37, caput, da CF, EXCETO:

- a) moralidade.
- b) impessoalidade.
- c) legalidade.
- d) razoabilidade.

3. Assinale a alternativa CORRETA. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público:

- a) promover a educação ambiental no ensino médio e fundamental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- b) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, salvo o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- c) definir, nos Municípios, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei complementar, vedada qualquer utilização que comprometa a integri-

dade dos atributos que justifiquem sua proteção.

- d) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

4. Não é legitimado ativo para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

- a) Presidente da República.
- b) Mesa do Senado Federal.
- c) Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Procurador-Geral da República.

5. Assinale a alternativa CORRETA, quanto ao disposto na Constituição Federal sobre os índios:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse provisória, cabendo-lhes, na forma determinada por lei, o usufruto de quase todas as riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, salvo os direitos sobre elas, que são prescritíveis, na forma da lei.
- c) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- d) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, exceto os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.



6. A Constituição que exige um procedimento mais solene e dificultoso do que o utilizado para a aprovação de leis, assegurando que as normas constitucionais não poderão ser alteradas pelas leis ordinárias é classificada como:

- a) constituição imutável.
- b) constituição semirrígida
- c) constituição flexível.
- d) constituição rígida.

7. Assinale a alternativa correta. O poder constituinte derivado decorrente significa:

- a) a força revolucionária que provoca a ruptura com a ordem política e elabora uma nova Constituição.
- b) aquele atribuído aos Estados-membros de elaborarem suas próprias Constituições.
- c) é o que elabora uma nova Constituição, que substitui a anterior, rompendo de forma estrutural com a antiga ordem política e social.
- d) aquela elaborada por dois órgãos distintos.

8. Assinale a alternativa CORRETA. Norma constitucional de eficácia contida é aquela que:

- a) contém todos os elementos necessários à produção dos seus efeitos jurídicos, sendo uma norma completa, que não precisa ser complementada por outra norma.
- b) não contém todos os elementos necessários à produção integral dos seus efeitos jurídicos, necessitando de uma lei que a regule.
- c) contém todos os elementos necessários à produção dos seus efeitos jurídicos, mas que expressamente autoriza o legislador a reduzir o alcance desses efeitos.
- d) estabelece programas sociais e econômicos que devem ser implementados pelo Poder Legislativo e Poder Executivo.

9. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) conceder-se-á *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelo Ministério Público.
- d) conceder-se-á *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

10. O Congresso Nacional tem atribuição exclusiva para:

- a) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- b) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- c) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.



11. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- b) A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.
- c) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- d) O dever de agir incumbe a quem, de outra forma, não assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.

12. O arrependimento posterior:

- a) é causa facultativa de diminuição de pena
- b) só pode incidir nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- c) é causa obrigatória da suspensão da pena
- d) implica na redução da pena, inclusive após o recebimento da denúncia.

13. Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da irretroatividade da lei penal mais grave, assegurado inclusive pela Constituição Federal, não admite exceções.
- b) Pela teoria da ação, adotada pela legislação brasileira considera-se como lugar do crime aquele em que foi praticada a ação, ainda que seu resultado tenha ocorrido em outro lugar.
- c) Segundo a teoria da imputação objetiva, o resultado de uma conduta somente pode ser objetivamente imputado ao seu autor quando tenha criado uma situação de risco juridicamente não permitida a um bem jurídico e tal risco se tenha concretizado num resultado típico.
- d) A doutrina majoritária entende que crime é a ação típica, antijurídica, culpável e punível.

14. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em se tratando de crime impossível de se consumar, dada a impropriedade do objeto, pune-se a tentativa.
- b) Na desistência voluntária e arrependimento eficaz, o agente responde apenas pelos atos já praticados.
- c) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só o responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
- d) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.

15. É circunstância atenuante:

- a) ter cometido o crime para ocultar outro crime
- b) ter cometido o crime sob influência de multidão em tumulto, mesmo que provocado pelo agente.
- c) o desconhecimento da lei.
- d) ter o agente 60 anos na data do fato

16. Assinale a alternativa correta:

- a) o princípio da intervenção mínima, que limita a ação do legislador, proíbe que o Direito Penal interfira nas relações, protegendo bens que não sejam vitais e necessários à manutenção da sociedade.
- b) pelo princípio da reserva legal, ninguém será punido por crime não previsto previamente em lei ou em medida provisória, que também tem força de lei.
- c) a lei penal sempre retroagirá, mesmo que não beneficie o réu.
- d) a lei posterior, favorável ao réu, não se aplica aos fatos anteriores se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado, porque há coisa julgada.

17. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) como regra geral, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.



b) a prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena aplicada; em caso de réu reincidente, o prazo legal é acrescido em um terço.

c) a prescrição, antes de transitar em julgada a sentença condenatória, começa correr, nos casos de crime continuado, do dia que praticado o fato.

d) no caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena

18. Sobre o CONCURSO DE PESSOAS, é correto afirmar:

a) se a participação for de menor importância, o agente não responde pelo crime.

b) caracteriza-se pela pluralidade de agente e de condutas, relevância causal de cada conduta, liame subjetivo entre os agentes e identidade de infração penal.

c) o Código Penal brasileiro adota a teoria pluralista, segundo a qual haveria tantas infrações penais quantos fossem o número de autores e partícipes.

d) as circunstâncias e condições de caráter pessoal se comunicam, mesmo que não sejam elementares do crime.

19. Em relação ao TEMPO DO CRIME, é possível afirmar que o Código Penal Brasileiro:

a) adotou a teoria do resultado, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento do resultado.

b) adotou a teoria mista ou ubiquidade, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento da ação ou omissão e também o do resultado.

c) adotou a teoria da atividade, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

d) não adotou nenhuma teoria específica e o tempo do crime é considerado de acordo com as circunstâncias concretas do caso sob análise.

20. No que tange aos regimes penitenciários da pena de reclusão e detenção, é INCORRETO dizer que:

a) Sendo imposta ao acusado pena superior a 8 anos, a pena deve ser cumprida, inicialmente, em regime fechado.

b) Se o condenado for reincidente, a pena deve ter início em regime fechado, não importando a quantidade da pena imposta.

c) Se a pena for superior a 4 anos, o início da pena de detenção deve ser em regime semi-aberto.

d) Se a pena for igual ou inferior a 4 anos a pena deve ser cumprida, inicialmente em colônia penal agrícola, industrial ou em estabelecimento similar.

21. Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência assinale a alternativa INCORRETA:

a) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.

b) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

c) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa e implica na necessidade de assistência para a prática de atos da vida civil.

d) É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

22. Sobre a OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR, assinale a alternativa correta:

a) O direito de exigir reparação de dano e a obrigação de prestá-la é pessoal e



intransferível, razão pela qual não são transmitidos com a herança.

b) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

c) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem não ficam sujeitos à reparação do dano causado.

d) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem não pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

23. Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica a lei anterior.

c) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

d) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

24. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Salvo as exceções legais, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

b) É absolutamente proibido, em qualquer hipótese, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

d) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

25. Sobre as PESSOAS JURÍDICAS, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria absoluta dos votos de todos os administradores, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

c) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

d) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

26. Quanto à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa CORRETA:

a) o processo não se suspende por convenção das partes.

b) antes de proferir decisão sem resolução do mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.

c) a justiça criminal independe da justiça cível, por isso se o conhecimento do mérito da demanda cível depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz não determinará a suspensão do processo civil.

d) considera-se proposta a ação quando a petição inicial for despachada pelo juiz, só produzindo quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.



27. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a incompetência relativa deve ser alegada em exceção de incompetência.
- b) prorroga-se a competência absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- c) a incompetência relativa pode ser alegada de ofício.
- d) a incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, podendo ser declarada de ofício.

28. Diz o art. 1024, §3º do CPC/2015 - O órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno se entender ser este o recurso cabível, desde que determine previamente a intimação do recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, §1º. Assinale a alternativa CORRETA, quanto ao princípio recursal contemplado no dispositivo citado:

- a) princípio do impulso oficial;
- b) princípio da fungibilidade recursal;
- c) princípio dispositivo;
- d) princípio do conhecimento paralelo.

29. É sabido que a matéria de ordem pública permite ao juiz ou Tribunal, em qualquer tempo e grau de jurisdição, desde que não tenha havido o trânsito em julgado, apreciar, sem provocação das partes, alguma condição da ação ou pressuposto processual não invocado pelas mesmas no curso da demanda. Em sede recursal, o Desembargador Federal que apreciar, de ofício, uma matéria de ordem pública estará se valendo da aplicação do:

- a) efeito devolutivo;
- b) efeito suspensivo;
- c) efeito translativo;
- d) efeito expansivo.

30. No tocante às nulidades processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato se realizado por outro modo, ainda que a finalidade seja alcançada.
- b) a nulidade dos atos, inclusive quando se tratar de nulidade absoluta, deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- c) quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida, inclusive, pela parte que lhe deu causa.
- d) é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

31. Sobre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO julgue os itens a seguir:

I - Incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas; requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas.

II - Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência: notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada; requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta; requisitar informações e documentos a entidades privadas; ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública; requisitar o auxílio de força policial.

III - O membro do Ministério Público não será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.



- a) I, II e III estão corretos
- b) I, II e III estão incorretos
- c) II e III estão corretos
- d) I e II estão corretos

32. Não compete ao Ministério Público da União:

- a) promover inquérito civil
- b) promover ação civil pública para a defesa do patrimônio público
- c) Promover ação civil pública para questionar a inconstitucionalidade de impostos e contribuições
- d) promover ação civil pública para defesa do consumidor

33. O Ministério Público intervirá como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam, EXCETO:

- a) interesse de incapaz.
- b) interesse público ou social.

- c) execução fiscal.
- d) litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

34. Assinale a alternativa CORRETA, quanto a atuação do Ministério Público:

- a) nos casos de intervenção como *custos juris*, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- b) o membro do Ministério Público não poderá ser civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- c) a participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- d) o Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos que terá início a partir de sua intimação pessoal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E	
01						A	19						C
02						D	20						D
03						D	21						C
04						C	22						B
05						C	23						B
06						D	24						B
07						B	25						B
08						C	26						B
09						D	27						D
10						B	28						B
11						B	29						C
12						B	30						D
13						C	31						D
14						A	32						C
15						C	33						C
16						A	34						D
17						C	35						
18						B							